

O desenvolvimento que queremos e merecemos

Fernando Valente Pimentel*

No novo governo, é fundamental, sem amarras ideológicas, considerar o que deu certo e está apresentando resultados na trilha do desenvolvimento e as políticas públicas e medidas necessárias para corrigir erros históricos e promover avanços. A Nação aspira a um crescimento sustentado e sustentável de no mínimo 3,5% ao ano, para sair, nas próximas duas décadas, da armadilha da renda média. Para isso, já temos diagnósticos de sobra. É preciso cumprir a agenda de prioridades dos setores produtivos e da sociedade.

Políticas que ignoram a realidade e os anseios da população têm vida curta, por mais bem-intencionadas que sejam. Precisamos de um projeto eficaz, com planejamento e foco, abrangendo os pilares da educação, saúde, segurança pública, ciência, tecnologia, redução das desigualdades e respeito aos princípios da governança ambiental, social e corporativa (ESG).

São esses os vetores que movem a sociedade e a economia do mundo, repleta de desafios, como a pandemia, os *lockdowns* na China e a guerra entre Rússia e Ucrânia. Por outro lado, é um cenário que abre espaços para capitalizar nossos ativos, como energia de fontes renováveis e limpas, bioeconomia, alimentos, minerais, universidades, instituições científicas e de pesquisa.

Há projetos no Congresso Nacional que sinalizam direções a serem seguidas. É fundamental priorizar o aumento da produtividade, melhoria da infraestrutura e redução do “Custo Brasil”. Operar aqui implica ônus adicionais de R\$ 1,5 trilhão por ano em relação aos países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), conforme estudo do Boston Consulting Group, do qual participaram várias entidades de classe e o Movimento Brasil Competitivo. Algo que tem promovido ganhos de produtividade é a digitalização dos serviços públicos. O “Governo Digital” pode gerar ganhos de competitividade.

As reformas tributária e administrativa são cruciais para termos um Estado mais eficiente e corrigir desequilíbrios na arrecadação de impostos que conspiram contra os investimentos e a economia. O

setor público e a iniciativa privada precisam manter-se sinérgicos, sendo que o primeiro deveria trabalhar pelo melhor ambiente de negócios possível, com o máximo de previsibilidade e segurança jurídica.

Para o êxito das metas de desenvolvimento, é decisivo o resgate da indústria, crucial como geradora de tecnologia e inovação, empregos em escala e de qualidade, agregação de valor às matérias-primas e exportações e mais protagonismo global. A despeito de a agropecuária ser um *case* de sucesso, com enormes méritos, é preciso estimular outros segmentos. Sem a manufatura e suas externalidades, não teremos crescimento expressivo do PIB.

Nesse sentido, são elucidativos dados do “Plano de Retomada da Indústria”, elaborado pela CNI. A cada R\$ 1 que o setor produz, são gerados R\$ 2,43 na economia como um todo, ante R\$ 1,75 da agricultura e R\$ 1,49 do comércio e serviços. Ademais, mantém cerca de 10 milhões de empregos (20% do total de trabalhadores formais do País). São ocupações, em geral, mais qualificadas e mais bem-remuneradas do que a média nacional.

Em linha com as proposições da CNI, a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), representante de um setor empregador de quase 1,5 milhão de pessoas diretamente, dos quais 75% são mulheres, também havia encaminhado aos candidatos à Presidência da República sua “Agenda para o Desenvolvimento”, resultante de consulta ao empresariado do setor. As principais sugestões dizem respeito à questão fiscal e tributária, combate à corrupção, à pirataria e ao contrabando, segurança pública, investimentos em saúde e educação, redução dos custos para investimentos e fomento da manufatura.

Os desafios são muitos. Por isso, é preciso coesão em torno dos interesses maiores da população e do País. As autoridades dos três poderes, nos níveis federal, estaduais e municipais, têm responsabilidade nesse processo. Um bom exemplo nesse exercício da democracia é a independência do Banco Central, que consideramos um avanço. Pela primeira vez em nossa história, a instituição é dirigida por alguém não nomeado pelo presidente da República no exercício do cargo. É importante que as políticas fiscal/monetária e econômica, embora autônomas, tenham coerência, para termos taxas de juros que viabilizem os

investimentos produtivos, manter a inflação sob controle e contribuir para o fomento do PIB.

O Brasil tem plenas condições para crescer em grau mais elevado e seguir com força rumo ao desenvolvimento. Temos relevantes diferenciais, como mercado amplo, população ativa e trabalhadora, empresários resilientes e capazes, setores de atividade bem-estruturados, recursos naturais abundantes e grande potencial para sermos protagonistas na economia verde. Cabe-nos construir o país que queremos e merecemos!

***Fernando Valente Pimentel** é presidente emérito e diretor superintendente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit).